



PROGRAMA PI NAS ESCOLAS: ANÁLISE DA ABORDAGEM DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Paulo Henrique Silva de Abreu¹;

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Caroline Cutrim Bezerra².

Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Área: Educação. Ciências humanas. Ciências sociais aplicadas.

1. Introdução

Para pensar a educação de base das pessoas numa perspectiva transformadora, que vá além de simplesmente educar uma geração de consumidores tecnológicos, é preciso avançar no sentido de estimular o surgimento de novos autores e inventores que possibilitem novas ideias, soluções, invenções e tecnologias (RÊGO; ROCHA, 2022). Para tanto, desenvolver, desde cedo, as noções e fundamentos básicos sobre propriedade intelectual (PI), na vida das pessoas, parece ser um caminho promissor para alcançar esse objetivo.

Nesse contexto, a escola surge como ambiente proveitoso para o desenvolvimento do conhecimento acerca das noções e fundamentos sobre propriedade intelectual e inovação. Como aponta Freire (2003, p. 47), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Para Freire (2003), ensinar exige uma compreensão de que a educação é uma forma de intervenção no mundo, o que corrobora com a ideia de transformação de uma geração de consumidores tecnológicos a despertar o interesse pela inovação, possibilitando o surgimento de uma geração de desenvolvedores de novas tecnologias, ideias e soluções.

Diante desse cenário, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI criou o Programa PI na Escolas, organizado com apoio de uma rede de voluntários na condição de mentores, apoiadores e parceiros institucionais, que representa os esforços do INPI direcionados a levar a propriedade intelectual ao público infante-juvenil (COELHO; PEREIRA; SILVA, 2023).

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA); paulo.abreu@ufma.br.

² Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela Universidade Federal do Maranhão (PROFNIT/UFMA); caroline.cutrim@ufma.br.

Nesse contexto, o presente artigo busca analisar como o Programa PI nas Escolas aborda a propriedade intelectual na Educação Básica, visando contribuir para os estudos sobre PI e compreender como esse tema está sendo inserido nos processos de aprendizagem de crianças e jovens.

2. Metodologia

A partir de uma perspectiva qualitativa (MINAYO, 2007, p.21; MELLO, 2014. p. 338), a metodologia adotada incluiu a descrição e a análise do Programa PI nas Escolas quanto à sua abordagem da propriedade intelectual na Educação Básica.

Este estudo foi desenvolvido em um ciclo de pesquisa qualitativa (MINAYO, 2007, pp. 25-27), que inclui três etapas: fase exploratória; trabalho de campo; e análise e tratamento do material bibliográfico e documental.

A fase exploratória consistiu na definição e delimitação do objeto de pesquisa a fim de desenvolvê-lo teórica e metodologicamente, utilizando técnica de pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008, pp. 51 e 52).

A etapa de trabalho de campo consistiu no levantamento das fontes bibliográficas e documentais que subsidiaram a construção teórica e análise deste estudo. Nesta etapa, foi realizada uma busca de anterioridade em livros referenciados e, através da rede mundial de computadores, em bibliotecas virtuais como: SciELO, ResearchGate, portais de periódicos das universidades UFBA, UFRGS, UNIVALI, Unicamp, USP e UFABC.

A última etapa, a análise e tratamento do material bibliográfico e documental, foi realizada com vistas a compreender e interpretar os dados, articulando-os com a fundamentação teórica desenvolvida.

3. Resultados e Discussão

Inicialmente, com relação à anterioridade de estudos sobre o ensino de propriedade intelectual voltados para a Educação Básica, verificada neste estudo, compreendemos que essa discussão ainda tem sido pouco debatida no meio acadêmico e científico.

Com relação ao compêndio normativo acerca de propriedade intelectual relacionado à Educação Básica, analisado neste estudo, entendemos que apenas a ENPI e seus planos de implementação trouxeram a previsão de ações concretas para a inserção da PI no contexto escolar do público infanto-juvenil.

Quanto aos materiais institucionais analisados, percebemos que a BNCC e os documentos da WIPO não trazem expressamente diretrizes voltadas ao ensino de PI nas escolas de educação básica, mesmo constando nesses instrumentos que estão sob constante

atualização. Em relação aos documentos do INPI, sobretudo ao que trata especificamente sobre o Programa PI nas Escolas, percebemos que todo o conteúdo de base do programa está disponibilizado em um sítio eletrônico, de forma sintetizada.

No que se refere aos resultados da análise dos materiais didáticos escritos, compreendemos que estes não são direcionados a todo o público-alvo da Educação Básica e inadequados para crianças em idade escolar.

Quanto ao material lúdico analisado, concordamos com Lima e Nunes (2023) quanto à utilização de mangás como recurso didático para ensino em sala de aula, tornando a experiência de crianças e jovens divertida, descontraída e introdutória de conteúdos.

A respeito do material textual analisado, além da simples divulgação, não compreendemos como a disponibilização dos versos no sítio eletrônico “Pílulas de PI”, no formato tal como se encontra, poderia impactar ou influenciar positivamente a inserção do tema Propriedade Intelectual na Educação Básica.

Por fim, quanto aos dados do material audiovisual analisado, percebemos que a série de vídeos “Noções Básicas de PI” é produzida pelo próprio INPI, ao contrário do que observaram Coelho, Pereira e Silva (2023. p. 1507) em seu estudo, entretanto, possui lacunas quanto à indisponibilidade de quatro episódios.

4. Conclusões

Neste estudo, buscamos analisar como o Programa PI nas Escolas aborda a propriedade intelectual na Educação Básica. Com esse objetivo, concluímos que essa abordagem ocorre através de iniciativas suportadas por uma rede de voluntários na condição de mentores, apoiadores, professores e parceiros institucionais que, em parceria com o INPI, desenvolvem ações voltadas ao público infanto-juvenil nas escolas.

Além do objetivo deste estudo, podemos extrair outros aspectos a respeito do ensino de propriedade intelectual no Brasil, voltado para a Educação Básica. Nesse contexto, observamos que muito há ainda que se avançar nessa discussão, pois tem sido pouco debatida no meio acadêmico e científico, demandando mais estudos para elevar a compreensão sobre essa temática. Outro ponto que chama a atenção é a necessidade de se elevar as ações educacionais em propriedade intelectual nas escolas.

Como sugestão de estudos futuros, fica evidenciado a necessidade de se pensar a inclusão do tema Propriedade Intelectual no currículo escolar da Educação Básica, inclusive no sentido de se analisar tal inclusão como política de estado no Brasil.



Palavras-chave: PI nas Escolas. Propriedade Intelectual. Educação Básica.

Referências

COELHO, M. M. R.; PEREIRA, D. R.; SILVA, F. P. E. da. Investigação sobre a Disseminação da Propriedade Intelectual (PI) Orientada para Crianças e Adolescentes. Cadernos de Prospecção, Salvador, v. 16, n. 5, p. 1.496-1.511, julho-setembro, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/issue/view/2391/888>>. Acesso: 17 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, E. de O.; NUNES, M. A. da C. A utilização de mangás para o ensino de leitura: Uma investigação sobre a inserção da literatura japonesa com alunos do ensino básico. Research, Society and Development. [S. l.], v. 12, n. 3, p. e13712340437, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i3.40437>>. Acesso: 23 jul. 2024.

MELLO, C. M. Abordagens e procedimentos qualitativos: implicações para pesquisas em organizações. Revista Alcance. vol. 21, núm. 2, pp. 324-349, abr./jun., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/ra/article/view/5204>>. Acesso: 20 jul. 2024.

MINAYO, M. C de S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RÊGO, S. A. T. G.; ROCHA, A M. A importância do ensino de propriedade intelectual para alunos do nível fundamental. B.J.D, Curitiba, v.8, n.12, p.77396, dec., 2022.